RECURSO ESPECIAL Nº 1.808.721 - RS (2019/0067037-2)

RELATOR	**:**	**MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE	:	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORES	:	CRISTIANO XAVIER BAYNE - RS046302
		MARCOS TUBINO BORTOLAN - RS036584
PROCURADORA	:	PAULA DA SILVA RODRIGUES BRUM MARQUES E OUTRO(S) - RS059857
RECORRIDO	:	EDA ZITA RODRIGUES
RECORRIDO	:	MARCELO EDUARDO DEVES
ADVOGADOS	:	MARCELO EDUARDO DEVES - RS029210
		FERNANDA BOUVIÉ VOGES E OUTRO(S) - RS093432

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. NÃO FORNECIMENTO DOS ELEMENTOS DE CÁLCULO. MATÉRIA JULGADA SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS NO RESP 1.336.026/PE. MODULAÇÃO DE EFEITOS. TRÂNSITO EM JULGADO ANTERIOR A 17.3.2016. PRAZO PRESCRICIONAL A SER CONTADO A PARTIR DE 30.6.2017. AJUIZAMENTO OU NÃO DA EXECUÇÃO. IRRELEVÂNCIA.

1. A compreensão sedimentada no julgamento do REsp 1.336.026/PE (Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 30.6.2017), exarada sob o rito dos recursos repetitivos, é a seguinte: "A partir da vigência da Lei n. 10.444/2002, que incluiu o § 1º ao art. 604, dispositivo que foi sucedido, conforme Lei n. 11.232/2005, pelo art. 475-B, §§ 1º e 2º, todos do CPC/1973, não é mais imprescindível, para acertamento de cálculos, a juntada de documentos pela parte executada ou por terceiros, reputando-se correta a conta apresentada pelo exequente, quando a requisição judicial de tais documentos deixar de ser atendida, injustificadamente, depois de transcorrido o prazo legal. Assim, sob a égide do diploma legal citado, incide o lapso prescricional, pelo prazo respectivo da demanda de conhecimento (Súmula 150/STF), sem interrupção ou suspensão, não se podendo invocar qualquer demora na diligência para obtenção de fichas financeiras ou outros documentos perante a administração ou junto a terceiros".

2. Apreciando Embargos de Declaração no mencionado recurso, a Primeira Seção decidiu, na sessão de julgamento de 13.6.2018, modular os efeitos da decisão: "para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de

30/6/2017".
3. Não prospera a tese de que a modulação dos efeitos não se aplica àqueles casos em que a Ação de Execução já tenha sido ajuizada antes do marco de 30.6.2017, mas somente às hipóteses em que não houve ainda o ajuizamento.
4. A modulação dos efeitos consignada pela Primeira Seção no julgamento do recurso representativo da controvérsia (REsp 1.336.026/PE, Rel. Ministro Og Fernandes) visou cobrir de segurança jurídica aqueles credores que dependiam, para o cumprimento da sentença, do fornecimento de elementos de cálculo pelo executado em momento no qual a jurisprudência do próprio STJ amparava a tese de que, em situações como a exposta, o prazo prescricional da execução não corria.
5. Assim, tendo em vista o objetivo da modulação de efeitos proferida pela Primeira Seção no julgamento do REsp 1.336.026/PE, é irrelevante, para sua aplicação, se a Execução foi ou não apresentada antes de 30.6.2017.
6. No mesmo sentido quanto à extensão da modulação de efeitos: AgInt no AREsp 540.149/RS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2.4.2019; AgInt no AREsp 1.393.734/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 15.3.2019; AgInt no AREsp 1.409.126/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 28.2.2019; AgInt no AREsp 1.390.472/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 26.2.2019; AgInt no AREsp 632.838/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 3.4.2019; AgInt no AREsp 1.384.336/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 28.3.2019; AgInt no AREsp 1.404.557/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28.2.2019; e AgInt no AREsp 1.382.142/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 25.2.2019.
7. No caso dos autos, o prazo prescricional para a execução conta-se de 30.6.2017, visto que o trânsito em julgado da ação ocorreu em 23.9.2005. Considerando que a Execução foi ajuizada em 27.8.2015, não está prescrita a pretensão executiva.
8. Recurso Especial não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça: ""A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães e Francisco Falcão votaram com o Sr. Ministro Relator."

Brasília, 23 de maio de 2019(data do julgamento).

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator